

## DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS

Ms.Lidiane Silva dos Santos<sup>1</sup>

Dr.José Flávio da Paz<sup>2</sup>

Ms.Charlliene Souza<sup>3</sup>

Larissa Santos Mourão<sup>4</sup>

### RESUMO:

A educação inclusiva é garantida por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Contudo, conforme Mantoan (2003), sua efetivação requer transformações estruturais e investimentos contínuos, além de interação social significativa para o desenvolvimento humano, Vygotsky (1997). Este estudo traz a análise dos principais desafios da implementação da educação inclusiva no Brasil, com foco na insuficiência de políticas públicas e na carência de profissionais especializados. A análise baseia-se em revisão bibliográfica, incluindo autores como Glat e Fernandes (2005), Mantoan (2003) e Aranha (2001), bem como documentos oficiais como a Política Nacional de Educação Especial (2008). Os resultados apontam que a implementação de políticas públicas é comprometida por falta de recursos, infraestrutura inadequada e desigualdade regional, impactando negativamente as áreas periféricas e rurais. Além disso, a formação insuficiente de professores e a escassez de cuidadores escolares dificultam o atendimento às necessidades dos alunos com deficiência. Segundo Vygotsky (1997), a interação com fatores ambientais adequados impede o desenvolvimento social e cognitivo, enquanto a precarização profissional agrava esses desafios. Para avançar, é necessário priorizar a operacionalização das políticas públicas, investir em formação docente e capacitação de cuidadores, e promover a colaboração entre escola, gestores e sociedade. Como apontam Glat e Pletsch (2010), a inclusão deve ser um esforço coletivo, garantindo acesso e permanência efetiva de todos os alunos no ambiente escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão, Políticas Públicas, Profissionais Especializado

### 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um direito garantido por legislações nacionais e internacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). No entanto, sua implementação no Brasil ainda enfrenta inúmeros desafios estruturais e práticos. Entre eles, destacam-se a

<sup>1</sup>Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Amazônia- EducaNorte no polo da Universidade Federal de Rondônia-PGDA/UNIR. E-mail: [lydysyl1212@hotmail.com](mailto:lydysyl1212@hotmail.com)

<sup>2</sup>Pós-doutorando do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas-PPGECH/UFAM. E-mail: [jfpaz@unir.br](mailto:jfpaz@unir.br)

<sup>3</sup>Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia-PPGE/UNIR; E-mail: [charllienelima@gmail.com](mailto:charllienelima@gmail.com)

<sup>4</sup>Graduanda em Direito pela UNISAPIENS/FGV E-mail: [larissasmourao@gmail.com](mailto:larissasmourao@gmail.com)



ausência de políticas públicas eficazes e a carência de profissionais especializados para atender adequadamente às demandas dos estudantes com deficiência. Esses problemas não apenas comprometem o acesso à educação, mas também a permanência e o sucesso desses alunos no ambiente escolar.

### ***Políticas públicas sua implementação e a carência de profissionais especializados***

As políticas públicas voltadas para a inclusão educacional no Brasil, embora formalmente bem estabelecidas, carecem de operacionalização prática. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) representou um marco no reconhecimento do direito de alunos com deficiência à educação em escolas regulares. Contudo, conforme apontam Glat e Fernandes (2005), a implementação dessas políticas esbarra na falta de recursos financeiros, infraestrutura inadequada e ausência de monitoramento contínuo. Muitas escolas ainda não possuem salas de recursos multifuncionais, materiais pedagógicos adaptados ou tecnologias assistivas, dificultando a concretização de uma educação inclusiva de qualidade.

De acordo com o Censo Escolar de 2020, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil contava com aproximadamente 37 mil Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) destinadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essas salas representam cerca de 20,4% do total de escolas em atividade no país, que somavam 181.279 instituições na época. Segue o quadro com os dados por região brasileira, conforme dados coletados no Censo 2020:

REGIÃO CENTRO-OESTE		
1º	Distrito Federal	44%
2º	Mato Grosso	31%
3º	Mato Grosso do Sul	30%
4º	Goiás	26%
REGIÃO NORTE		
1º	Rondonia	39%



2º	Amapá	36%
3º	Tocantins	29%
4º	Acre	24%
5º	Roraima	22%
6º	Pará	17%
7º	Amazonas	11%
REGIÃO SUDESTE		
1º	Espírito Santo	35%
2º	Rio de Janeiro	24%
3º	Minas Gerais	20%
4º	São Paulo	16%
REGIÃO SUL		
1º	Rio Grande do Sul	37%
2º	Paraná	33%
3º	Santa Catarina	24%
REGIÃO NORDESTE		
1º	Ceará	22%
2º	Alagoas	21%



3º	Rio Grande do Norte	18%
4º	Paraíba	17%
5º	Sergipe	16%
6º	Pernambuco	15%
7º	Piauí	13%
8º	Bahia	13%
9º	Maranhão	8%

Fonte: Censo 2020

A distribuição dessas salas é desigual entre as unidades federativas. Por exemplo, Rondônia, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal destacam-se com 37%, 39% e 44% de suas escolas equipadas com SRMs, respectivamente.

Além disso, a aplicação das políticas públicas é desigual, com maior impacto negativo em regiões periféricas e áreas rurais, onde a oferta de serviços educacionais especializados é ainda mais limitada. De acordo com Mantoan (2003), a inclusão escolar requer uma mudança estrutural nas escolas e na sociedade, mas tal transformação exige investimentos sustentáveis que frequentemente não são priorizados pelos gestores públicos.

Outro entrave significativo para a efetivação da inclusão escolar é a falta de profissionais qualificados, como professores especializados em Atendimento Educacional Especializado (AEE) e cuidadores escolares. Esses profissionais desempenham papéis fundamentais no planejamento e na aplicação de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos com deficiência. Segundo Aranha (2001), a formação inicial e continuada de professores é essencial para que eles se sintam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. No entanto, muitos educadores relatam falta de preparo para trabalhar com alunos com deficiência, evidenciando a insuficiência de programas de formação.

Além disso, a presença de cuidadores escolares, que oferecem suporte direto aos alunos com deficiências severas, é ainda mais limitada, resultando em sobrecarga para professores regulares e dificuldades no atendimento integral dos estudantes. Essa lacuna é agravada pela falta de diretrizes claras sobre as atribuições desses profissionais e pela precarização de seus vínculos empregatícios.



A ausência de políticas públicas bem implementadas e de profissionais especializados compromete diretamente o acesso e o sucesso escolar de alunos com deficiência. Conforme destaca Vygotsky (1997), o desenvolvimento humano ocorre por meio de interações sociais, sendo fundamental que o ambiente escolar ofereça condições que possibilitem a aprendizagem colaborativa e significativa. No entanto, sem suporte adequado, esses alunos enfrentam barreiras que vão desde a falta de acessibilidade física e curricular até o preconceito e a exclusão social.

Conforme defendem Glat (2017), a inclusão escolar deve ser entendida como um processo coletivo, que demanda a colaboração de toda a comunidade escolar, gestores e sociedade civil. Somente com um esforço conjunto será possível transformar o paradigma da inclusão em uma prática efetiva e universal.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, conforme os pressupostos de Ludke e André (1986), que destacam a importância de estudos desse tipo para compreender fenômenos sociais de maneira aprofundada. A abordagem qualitativa foi escolhida devido à sua capacidade de explorar as particularidades do contexto educacional inclusivo, considerando as interações humanas e os fatores subjetivos envolvidos.

A seleção do material bibliográfico seguiu critérios de relevância e contemporaneidade, buscando fundamentar a análise em autores como Mantoan (2003), Glat e Fernandes (2005) e Vygotsky (1997). A revisão permitiu identificar lacunas nas políticas públicas, além de desafios relacionados à formação docente e à falta de recursos para a inclusão. Os dados levantados foram organizados em categorias temáticas, facilitando a análise crítica e



### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise apresentada evidencia que, embora as políticas públicas





brasileiras para a educação inclusiva estejam bem fundamentadas em documentos normativos, sua implementação prática enfrenta entraves significativos, como a insuficiência de recursos financeiros, desigualdade regional e a carência de profissionais especializados. Esses desafios refletem diretamente nas condições de acesso, permanência e sucesso escolar dos estudantes com deficiência, impactando negativamente o direito fundamental à educação inclusiva.

Diante desse cenário, torna-se imperativo que os gestores públicos priorizem investimentos sustentáveis em infraestrutura escolar, tecnologia assistiva e formação continuada de educadores. Além disso, a ampliação e equidade na distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais e a valorização dos cuidadores escolares são ações indispensáveis para o fortalecimento da inclusão.

Por fim, reforça-se a necessidade de ações colaborativas que envolvam a comunidade escolar, os gestores e a sociedade civil, de modo a promover mudanças estruturais e culturais que transformem a educação inclusiva em uma realidade acessível a todos os alunos, independentemente de sua condição ou região. Somente com políticas públicas eficazes e esforços conjuntos será possível alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

## REFERÊNCIAS

Glat, R. (2017, agosto). Desafios e ações do Estado, família e sociedade na participação e protagonismos das pessoas com deficiências. Palestra Magna do Congresso Estadual das APAEs do Paraná, Londrina, PR, 45.

Mendes, E. G. (2011). Inclusão escolar pela via da colaboração entre Educação Especial e educação regular. *Educar em Revista*, 41, 81-93.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado em 23 de junho de 2018 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm)

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Recuperado em 23 de junho de 2018 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Recuperado em 23 de junho de 2018 de [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)

Vygotsky, L. S. (1997). The history of the development of higher mental



funcions. In *The Collected Works of L. S. Vygotsky* (Vol 5, pp.97-121). New York: Kluwer Academic.

